



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Trabalho profissional.

TERCEIRO SETOR COMO ESPAÇO OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

VIVIANE CRISTINA SILVA VAZ¹

ERNESTINA MARIA ASSUNÇÃO CINTRA²

DANIELI LEMOS GENARO³

Resumo: O referido artigo é um relato de experiência do trabalho profissional vivenciado na APAE-Franca, entidade que atua na habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e na defesa e garantia de direitos. Suas ações são pautadas na oferta de serviços articulados entre as políticas de assistência social, saúde e educação. Discorreremos os serviços oferecidos na área de assistência social e do trabalho profissional neste contexto. Para problematizar iniciaremos com o contexto político do surgimento das APAE's no Brasil, posteriormente nos debruçaremos sobre a questão da deficiência, por fim discorreremos sobre os serviços socioassistenciais e a inserção do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social; pessoa com deficiência; assistência social; terceiro setor.

THE TERTIARY INDUSTRY AS AN OCCUPATIONAL SPACE FOR SOCIAL WORK

Abstract: The present article is a summary of the professional work experienced at APAE Franca, institution that deals with the habilitation and rehabilitation of disabled persons as well as the defense and guarantee of rights. Its actions are based on the offer of services articulated among the social assistance, health and education policies. Its main topics are the services offered in the area of social assistance and the professional work in this context. To problematize, it starts with the political context involving the emergence of the APAEs in Brazil, followed by the disability issue discussion and, finally, it talks about the social assistance services and the insertion of the social work services.

Keywords: Social work; disabled person; social assistance; tertiary industry

INTRODUÇÃO:

Entendemos que enquanto profissional de Serviço Social temos o compromisso referendado no Código de Ética Profissional (1993), com a permanente capacitação e reflexão crítica do fazer profissional, com vistas a ter subsídios teóricos para uma análise crítica e compromissada com as

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista. E-mail: <vivianeunifac@gmail.com>

² Profissional de Serviço Social. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca.

³ Estudante de Graduação. Universidade de Franca.

demandas da população atendida, dentro da perspectiva do projeto ético e político buscando a melhoria dos serviços prestados bem como a garantia e ampliação dos direitos sociais.

Segundo Paulo Netto (1987) muitas vezes, buscamos nosso referencial de ação nas complexas relações sociais de reprodução e dominação, ignorando o cotidiano como palco onde estas mesmas relações se concretizam e se afirmam.

Entendemos que o exercício profissional se faz e refaz nas dinâmicas do cotidiano, que deve ser percebido como espaço de mudanças e desafios, uma vez que o cotidiano sem esse movimento de indagações e inquietações, impulsiona o fazer profissional a uma prática alienante, imediatista e mecânica.

Raras são as pessoas que não se deixam intoxicar por esse cotidiano. Raras são as pessoas que o rompem ou suspendem, concentrando todas suas forças em atividades que elevem este mesmo cotidiano e lhes permitam a sensação e a consciência de ser homem total, em plena relação com o humano e a humanidade de seu tempo. (FALCÃO; PAULO NETTO; 1987).

Nosso estudo visa refletir sobre as mediações do trabalho profissional exercido no terceiro setor, particularmente na APAE de Franca. Para problematizar iniciaremos com o contexto político do surgimento das APAE's no Brasil, e posteriormente nos debruçaremos sobre a questão da deficiência. Faz-se importante refletir a relevância do movimento das APAE's na construção das políticas públicas. Por fim discorreremos sobre os serviços socioassistenciais e a inserção do Serviço Social nesse espaço de trabalho.

1.0 MOVIMENTOS SOCIAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DAS APAES NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve como marco inicial o período do Império com a criação de duas instituições: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX, em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência intelectual, e em 1945 foi criado também o primeiro atendimento especializado às pessoas com super dotação comandado por Helena Antipoff que pertencia a Sociedade Pestalozzi.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE foi criada em 11 de dezembro de 1954 no Rio de Janeiro por um casal de americanos Almirante Henry Broadbent Hoyer e Beatrice Bemis que tinha uma filha com síndrome de Down e que encontrava dificuldade para inseri-la na escola.

Através de visitas a entidades nos Estados Unidos, país onde a Sr.^a Beatrice havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos, buscou experiências e parcerias com outros pais de crianças com deficiência para fundar a primeira APAE no Brasil. Neste primeiro momento caracterizou-se pelo atendimento específico de crianças com Síndrome de Down.

Como entidade de pais e amigos, procurava compartilhar novas experiências e buscar meios de socializar formas de atendimento e estímulo da pessoa com deficiência intelectual. Realizou em 1963 o 1º Congresso da Federação Nacional das APAEs, na cidade do Rio de Janeiro, ocasião em que foi aprovado o primeiro estatuto e eleita a 1º Diretoria da Federação Nacional das APAEs.

O movimento apaeano, assim denominado pelos seus integrantes, cresceu e disseminou-se por todo o território brasileiro, ganhou forças devido a

falta de atendimento de serviços públicos e essa ausência fez com que fossem surgindo novas APAES em outras cidades.

Segundos dados da Federação Nacional das APAEs (2018) há mais de 2.000 APAEs no Brasil presente em 2.500 municípios que prestam atendimentos intersetoriais nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, esporte, lazer, cultura e defesa de direitos para mais de 250.000 pessoas com deficiência. É um movimento social com grande capilaridade territorial que presta serviços prioritariamente para pessoas com deficiência intelectual.

Com esta organização o movimento apaeano começou a articulação no campo das políticas públicas sendo corresponsável pela criação da lei de obrigatoriedade do exame do pezinho, importante meio de prevenção de deficiências, pois o mesmo identifica o diagnóstico precoce de doenças como a: fenilcetonúria, o hipotireodismo congênito, anemia falciforme e demais hemoglobinopatias, que se não diagnosticada precocemente podem comprometer o desenvolvimento global do recém-nascido.

Também através de lideranças políticas ligadas diretamente ao movimento, defendeu a inclusão e aprovação do BPC (benefício de prestação continuada) garantido política pública de transferência de renda na Constituição Federal e na LOAS (1993) à pessoa com deficiência e ao idoso, garantiu a inclusão e financiamento da Educação Especial como modalidade de ensino e as ações de habilitação e reabilitação na área da saúde, bem como sempre esteve presente, na discussão e aprovação de leis e garantias de direitos do segmento.

2.0 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

A construção histórica da deficiência foi permeada por questões religiosas, médicas e de estigmas, com mudanças graduais dentro do contexto social e da evolução da humanidade. Existem ainda permanências culturais

carregadas de conteúdos preconceituosos alimentados pela sociedade do consumo e da perfeição estética. Segundo Goffman o estigma pode ser distinguido de três formas:

As deformidades físicas; as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical e há os estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos através de linhagens e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1982).

A literatura registra várias formas na história da humanidade das interpretações e concepções das pessoas com deficiência. Em Esparta, povo da civilização Romana, conhecido pelos seus atributos bélicos, o nascimento de crianças com deficiências, era considerado como sem capacidade para guerrear, as mesmas eram atiradas em penhascos, montanhas ou jogadas no rio, como apontado por Beatón:

Nesse sentido, são conhecidas as medidas adotadas em Esparta, povo de grandes exércitos, em que um conselho de anciãos examinava, imediatamente, após o nascimento de uma criança, suas características físicas. Se o conselho inferia que ele não possuía as qualidades requeridas para chegar a ser um grande guerreiro, o bebê era jogado de uma grande montanha para ser eliminado. (BEATÓN; GARCÍA, 2004).

Na Grécia antiga, por exemplo, as atribuições físicas de um bom guerreiro eram altamente valorizadas, sendo que quando nasciam crianças com deficiências eram condenadas a morte. Já na idade média, viviam a contradição de serem considerados ora como anjo, ora como demônios e baseado nos ideários cristãos, os deficientes ganham alma, são considerados filhos de Deus, porém, são segregados na sociedade, pois representavam à culpa de algum pecado.

Caracterizada como fenômeno metafísico e espiritual, a deficiência foi atribuída ora a designios divinos, ora à possessão pelo demônio. Por uma razão ou por outra, a atitude principal da sociedade com relação ao deficiente era de intolerância e de punição, representada por ações de aprisionamento, tortura, açoites e outros castigos severos. (ARANHA, 1995).

No século XVI a deficiência começa a ser vista como doença, sendo que alguns médicos e religiosos demonstram preocupação com os maus tratos a que eram submetidos. As primeiras experiências de investimento nas potencialidades de pessoas com deficiência datam neste século, através do espanhol Pedro Ponce de Leon, na tentativa de alfabetização de surdos, sendo através desta experiência criada em Paris (1760) a primeira escola para surdos, abrindo a partir de então possibilidades para novas experiências educativas.

A partir de então esboçaram-se os primeiros espaços institucionais de investimento pedagógico com Pestalozzi (1746-1877) e Froebel (1783-1852) que foram os pioneiros na educação especial.

Em 1784 Valentin Huay criou uma instituição para cegos em Paris, empregando métodos primitivos de ensino, baseado por meio do tato, tendo as letras do alfabeto moldadas em madeira. Um de seus alunos, Luís Braille, inventou o alfabeto atual para pessoas cegas, melhorando efetivamente o ensino da leitura e da escrita, abrindo as possibilidades de investimentos educativos às pessoas cegas.

Com essas conquistas da cultura construída pelo próprio homem, as pessoas com deficiência especiais tornam-se menos defeituoso; os defeitos já não eram tão significativos, porque a educação social e os instrumentos criados para a aprendizagem vão neutralizando seus efeitos. Estas são as evidências históricas de como estes instrumentos criados pelo ser humano, conteúdos da cultura, modificaram as consequências das influências biológicas, sendo um exemplo de como o subjetivo, o psicológico constitui-se graças a ação cultural e social sobre um sujeito em formação, e que a construção das qualidades psicológicas não se dá apenas por determinação de leis e mecanismos biológicos, fisiológicos e genéticos. (BEATÓN; GARCÍA, 2004).

É no período iluminista que aparecem as primeiras experiências de trabalho com pessoas com deficiência e todas as iniciativas foram de cunho pedagógico. Essas experiências tiveram grandes repercussões e determinações na perspectiva de ver a deficiência com várias outras possibilidades.

Apesar do avanço no trato com a pessoa com deficiência, após a Revolução Francesa ainda não havia distinção de pessoa com deficiência e pessoa com doença mental. Com a evolução das ciências naturais como a teoria da evolução das espécies de Darwin, a descoberta das células, o trabalho sobre genética de Mendel, esse processo evolutivo na área das ciências naturais contribuíram para o investimento social, pedagógico e cultural nas pessoas com deficiência.

Porém, o foco foi se delineando na classificação através de testes psicológicos para definir o grau de comprometimento intelectual e conseqüentemente o grau de investimento.

A educação foi o principal eixo de investimento e inclusão da pessoa com deficiência. No Brasil a educação especial como política pública foi incluída somente a partir de 1961 com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024 como modalidade da educação, ou seja, as pessoas com deficiência passaram a ser sujeitos de uma política educacional somente a partir dessa data. E somente em 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial que orientou o processo de integração instrucional e condicionou o acesso às classes comuns do ensino regular aqueles que possuíssem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos sem deficiência.

Percebemos pelo conteúdo da Política que a escola não era destinada a todas as crianças com deficiência, mas apenas aquelas que pudessem ter condições de acompanhamento, sendo destinado ao demais o atendimento especializado ou nenhum atendimento. Reconheceu somente em 2002 através da Lei nº10.436 a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão da pessoa surda.

Embora as concepções sobre a questão da deficiência estejam avançando, ainda permanece no imaginário coletivo, a concepção de pessoas desprovidas de vida humana, indigna de investimento social, afetivo, sendo

muito comum ouvir dizer que os mesmos têm vida vegetativa, ou não entendem o que está acontecendo, estando alheio ao que ocorre em sua volta.

Hoje vivemos numa sociedade consumista de valores voltados para a beleza estética, sendo muito difundido na mídia padrões quase inatingíveis, produzindo doenças como a bulimia e a anorexia, essa valorização exagerada do belo produz o sentimento de apartamento e de olhares de estranhamento em relação às pessoas com deficiência, não sendo vista como seres humanos completos, plenos.

No conjunto dos valores sociais culturais que definem o indivíduo “normal”, estão incluindo “padrões” de beleza e estética voltado para um corpo esculturalmente bem formado, aqueles que fogem dos “padrões”, de certa forma agridem a “normalidade” e se colocam à parte da sociedade [...] não é preciso ser suficiente para não ser reconhecido pela sua própria sociedade. O negro, o homossexual, o louco e até qualquer um que divirja das normas e regras da ordem social podem ser consideradas “desviantes” e assim se situarem fora da sociedade. O “desviante” é aquele que não está integrado, que não está adaptado, que não se apresenta física e ou intelectualmente normal, e, portanto encontra-se à partir das regras e das normas. Deste modo, o que mede o “desvio” ou a diferença social são os parâmetros estabelecidos pela organização sócio cultural. (RIBAS Apud MACIEL, 1995).

Com o avanço do capitalismo na revolução industrial, pessoas com deficiência foram vistas como improdutivas pelo sistema e pela família, sendo práticas comuns a internação em asilos, o abandono e o descaso do Estado, em oferecer políticas de atendimento, sendo proliferado as internações em espaços inadequados e de caráter segregador.

3.0 – REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS OFERTADOS PELA APAE-FRANCA

A política de assistência social é realizada por meio de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e também da iniciativa privada. Esta atuação ocorre por meio da organização de pessoas e também de entidades constituídas legalmente, sem fins lucrativos que devem desenvolver de forma permanente, continuada e planejada atividades de atendimento, assessoramento e de defesa de garantias de direitos. Com a Constituição Federal de 1988 a política de assistência social passa da boa vontade política clientelista para política pública assegurada no tripé da seguridade social, com orçamento próprio e diretrizes nacionais que foram delineadas principalmente nos governos Lula e Dilma. Legalmente somente são consideradas entidades e organizações de assistência social, aquelas que sem fins lucrativos que de forma isolada ou cumulativamente prestam atendimento, assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social, bem como aquelas que atuam na defesa e garantia de direitos.

É fato amplamente debatido que as organizações não governamentais assumem a responsabilidade de execução de políticas públicas que deveriam ser executadas pelo Estado, e que o direcionamento neoliberal empurra cada vez mais a responsabilidade pública para a esfera privada.

APAE de Franca é uma entidade beneficente de assistência social, que foi fundada em 24 de janeiro de 1970, completando 48 anos de prestação de serviços as pessoas com deficiência de Franca e região, trabalha na habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, bem como na defesa e garantia de direitos do seu público. Sua atuação busca o enfrentamento do preconceito e da exclusão social, numa articulação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde e educação, visando a integralidade dos atendimentos a pessoa com deficiência.

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social de Franca (2014-2017), no ano de 2010, o município de Franca registrou um número de 6.372 pessoas com deficiência com renda familiar de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Ainda neste mesmo Plano no período de 2004 a 2013 foi registrada a concessão de 3.333 benefícios de Prestação Continuada às pessoas com deficiência.

Com base nos dados, é possível verificar que além da deficiência, existe também a questão socioeconômica, que acentua a vulnerabilidade da família, e os serviços de proteção social visam prevenir a exclusão vivenciada por este público, além dos serviços educacionais e de saúde que são ofertados, na perspectiva da atenção integral.

A entidade já possuía oferta de serviços socioassistenciais, porém não nos moldes da tipificação, após a aprovação da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais em 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social, com o processo de reordenamento dos serviços cofinanciados pelo município à partir de 2015 passou a ofertar o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para pessoas com deficiência e suas famílias, na modalidade de Unidade Referenciada e Centro dia da pessoa com deficiência.

3.1 – Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências e suas famílias desenvolvidos pela APAE-Franca.

A APAE-Franca como entidade de assistência social, está habilitada na prestação de serviços socioassistenciais tipificados pela Política Nacional de Assistência Social, e apta a participação do chamamento público, prerrogativa estabelecida pela legislação nacional. Dentro deste contexto a instituição oferta o serviço de proteção social especial de média complexidade para pessoas com deficiências e suas famílias nas duas modalidades: Centro Dia e Unidade Referenciada. No presente artigo trata-se do serviço ofertado pelo Centro Dia.

O público atendido no Centro Dia constitui-se de 61 jovens e adultos com deficiência, com idade entre 18 a 59 anos, com algum grau de dependência que necessitam da proteção social, em decorrência da deficiência associada com algum grau de dependência, acentuando ainda mais a situação de vulnerabilidade social do grupo familiar. É também público do serviço pessoas com deficiência que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família e da sociedade, precarização dos cuidados básicos, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Os grupos são organizados através das faixas etárias e denominados de coletivos. Na execução das atividades desenvolvidas considera-se as habilidades e interesse dos usuários participantes dos coletivos.

A entidade busca estratégias de atendimento que torne atrativo a permanência no serviço, com atividades internas e externas que possibilitaram a convivência grupal e social. O serviço busca ainda fortalecer e apoiar as famílias na convivência e cuidados do usuário com deficiência, na perspectiva do fortalecimento de vínculos do grupo familiar.

As pessoas com deficiência são mais suscetíveis a situações de violência e negligência, ocasionados pela falta de informação, isolamento, segregação, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família e advindas também da própria comunidade. Os atendimentos ultrapassam os muros da instituição, pressupõe o acompanhamento junto às famílias, identificação de situação violadoras de direitos e encaminhamentos para a rede de proteção, a qual, nem sempre é protetiva dada as falhas nos fluxos de encaminhamento e acompanhamento.

As ações da equipe técnica são sempre pautadas no reconhecimento das capacidades e potencialidades dos usuários e suas respectivas famílias visando à redução da sobrecarga do cuidador, o estímulo à autonomia e

independência do usuário, a convivência social contribuindo para ampliação da cidadania, ao acesso aos direitos e a participação social. A intervenção tem como objetivo enfrentar a exclusão social, o acolhimento institucional, a segregação e prevenir e superar situações violadoras de direitos.

4.0 – A APAE COMO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

O assistente social caracteriza-se como trabalhador assalariado, incluído na divisão sócio técnica do trabalho, é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social em suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Com os direitos sociais cada vez mais negligenciados, e a omissão do Estado na execução das políticas sociais é indispensável um profissional com amplo conhecimento da questão social bem como da população público alvo de seu serviço, e dos direitos sociais, bem como dos espaços de defesa e garantia de direitos.

Os espaços ocupacionais possuem naturezas diversas, que requerem competências e atribuições específicas. Com base nestas afirmações o CFESS vem publicando através da série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Públicas desde 2009 parâmetros para atuação articulado com as resoluções que tratam sobre as condições técnicas e éticas do trabalho. Segundo a pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, realizada pelo CFESS (2005) 6,81% dos assistentes sociais (1.049 assistentes sociais participaram da pesquisa) estão inseridos no terceiro setor. Embora, não seja um número tão

considerável, percebemos uma lacuna de pesquisa em relação ao trabalho profissional nesse espaço de trabalho, talvez pela fragilidade de produção de pesquisa dos profissionais que ocupam esse espaço ou pela desvalorização profissional dos trabalhadores do terceiro setor.

Dada a natureza da instituição faz-se necessário conhecimentos na esfera privada sobre as particularidades do terceiro setor, dos movimentos sociais e das políticas existentes voltadas as pessoas com deficiência, tanto em âmbito nacional como internacional, considerando a Convenção da ONU para as pessoas com deficiência, convenção esta que o Brasil é signatário.

Em relação a APAE-Franca a instituição conta com oito profissionais com formação em Serviço Social, sendo que três exercem cargos de coordenação de serviços vinculados à política de assistência social e cinco estão na atuação direta com usuários e suas famílias, divididas entre a política de saúde, educação e assistência social. A coordenação distingue-se pelo fato do profissional vincular-se ao planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços o qual é responsável, exigindo habilidades de gestão, administração e monitoramento.

É importante ressaltar que a instituição incentiva e favorece a participação nos conselhos de direitos, atualmente três profissionais compõem os respectivos conselhos: da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente e da assistência social, sendo que duas estão vinculadas ao Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e outra ao Fórum de Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência.

Os profissionais vinculados a política de assistência social, possuem como atribuição além das específicas da profissão, inerentes a formação profissional, as seguintes atribuições:

São responsáveis pelo acolhimento, atendimento, apoio e orientação sociofamiliar, visando a promoção da autonomia e melhoria da qualidade de vida do público alvo, bem como desenvolver ações especializadas na

superação das situações violadoras de direitos, com foco na acolhida, escuta, estudo social, orientação sociofamiliar, utilizando de encaminhamentos e acompanhamentos diversos, articulação intersetorial com a rede de serviços. Buscam a promoção do acesso aos direitos socioassistenciais, a benefícios e programas de transferência de renda,

Desenvolvem ações que possibilitem a ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais, através da mobilização de serviços socioassistenciais da comunidade, CRAS, CREAS e demais políticas públicas, acionando o sistema de Garantia de Direitos, como Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia de Defesa da Mulher.

Apoiam as famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sobrecarga da mesma, trabalhando com ações que visam a autonomia e estimulem as potencialidades dos usuários, reduzindo e prevenindo o isolamento e acolhimento institucional da pessoa com dependência.

Desenvolvem ações junto às famílias no sentido de prestar orientações e acolhimento as suas demandas referentes a fatores que dificultem a relação do cuidado.

Estimulam experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural; através de atividades externas a entidade, favorecendo a participação em eventos e atividades culturais, esportivas, recreativas na comunidade.

Os instrumentos de trabalho utilizado pelos profissionais na consecução dos objetivos são: o estudo social, relatórios e laudos sociais, visita domiciliar, visita institucional, entrevistas, abordagem individual, abordagem em grupo.

Toda ação profissional é carregada de intencionalidade, finalidades que buscam objetivos, utilizando de estratégias, instrumentos e técnicas. A prática não pode ser concebida como uma relação singular, individualizada entre o profissional e o indivíduo, é necessária uma análise dos processos históricos,

do processo de produção e reprodução social, das tramas sociais, do processo histórico da profissão e das questões sociais.

“...que a dimensão técnico operativa é constituída dos seguintes elementos: as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnicos-operacionais, bem como a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais. (GUERRA, 2017).

Fragmentar a dimensão técnica operativa das outras dimensões, sem as mediações necessárias, equivocadamente produzirá respostas descoladas da totalidade, sujeitando os usuários dos serviços ao ciclo perverso de exclusão social.

CONCLUSÃO

O terceiro setor é um importante espaço de trabalho do profissional, considerando que grande parte dos profissionais iniciam a vida profissional nesse espaço ocupacional. Especificamente na APAE-Franca temos como desafios a articulação do trabalho com a rede de serviços e a incompletude institucional, e como facilitador o estímulo a participação nas esferas de controle social como forma de contribuir com a consolidação das políticas públicas. Faz-se necessário que como qualquer espaço de trabalho, a compreensão da contradição dos espaços de trabalhos devem ser analisadas como reflexo das contradições macroeconômicas, e que as estratégias de enfrentamentos devem ser coletivas. Pautar as ações dentro dos princípios éticos, buscando sempre a garantia da população usuária no planejamento e nos espaços de decisão da instituição é imprescindível para uma prática emancipatória, e também uma forma de enfrentamento do longo processo de exclusão das pessoas com deficiências. Não deixar ser levado pela execução de uma prática alienante que o cotidiano nos mostra, mas propor novos fazeres, alimentar a dimensão investigativa da profissão que impulsiona novas possibilidades de trabalho é também um desafio diário.

Refletir sobre a prática profissional, tem outras dimensões, que não somente como um conjunto de tarefas, atividades, mas com ações que possuem uma intencionalidade, objetividade e que leva em consideração as relações com o empregador, com os usuários e demais profissionais, na busca constante de ruptura com as práticas excludentes e segregatórias.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete F. **Integração social do deficiente**: análise conceitual e metodologia. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia. 1995. (Temas em psicologia, n.2). p. 67-70. Disponível em: [HTTP://cefetam.edu.br](http://cefetam.edu.br) Acesso em: 17 out. 2017.

BEATON, Guillermo Arias, GARCIA, María Teresa. **Necessidades educativas especiais**: desde o enfoque histórico cultural. São Paulo: Linear B, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS. Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Educação. Lei 9.394 LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 23/12/1996. Brasília, DF, 2002.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005.

_____. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

CFESS (Org.) **Assistentes Sociais no Brasil**. Elementos para estudo do perfil profissional. Brasília/Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005.

FALCÃO, Maria do Carmo; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

FEDERAÇÃO NACIONAL das APAEs. **APAE educadora**: a escola que buscamos. Brasília, DF, 2001.

_____. on-line disponível em [http<www.apaebrasil.org.br >](http://www.apaebrasil.org.br) acesso em 17 out. 2017.

GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 4. Ed. 1982.

JANUZZI, Gilberta. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. A família na Amazônia: desafios para a assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 122-136, set. 2002.

NERI, Marcelo (Org.) **Retratos da deficiência no Brasil (PPD)**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, Centro Políticas Sociais, 2003.

PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBAS, João Batista Cintra. **Viva a diferença !** convivendo com as nossas restrições ou deficiências. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1995.

_____. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VILLA, António Houaiss Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.